

No Brasil, é cada vez mais consensual que os direitos humanos estão entre anúncios e violações. Por um lado, o avanço das legislações e declarações oficiais. Por outro, as violações cotidianas destes mesmos direitos tão eloquentemente anunciados. Esta realidade de anúncios e violações é também dramaticamente vivida no que diz respeito ao direito à educação: milhares de analfabetos, crianças fora das escolas, baixo níveis de aprendizagem, os salários indignos dos profissionais da educação, etc.

Sendo assim, é importante nos perguntar sobre qual é o sentido dos direitos humanos. Há neles alguma justificativa realmente válida ou trata-se apenas de bela retórica sem nenhum efeito prático em nossas vidas? E como estas justificativas - se é que existem - afetam o direito a uma educação de qualidade?

A meu juízo, o melhor caminho para fundamentar os direitos humanos é refletir profundamente sobre a **dignidade humana**. Há um dado sobre a dignidade humana que os defensores dos direitos humanos não devem desconhecer ou esquecer: **os seres humanos têm um valor absoluto e por isso não devem ser tratados como instrumentos, como meios, e sim como um fim em si mesmo**. Vejamos o que isso quer dizer.

Absolutamente valioso significa o contrário de relativamente valioso. Há seres valiosos em si mesmos e seres nos quais o valor é relativo porque servem para outra coisa. Relativamente valiosos são os seres que têm o seu valor em função das necessidades às quais eles respondem, como, por exemplo, os instrumentos e as mercadorias. Seres relativamente valiosos possuem valor: valor de uso e valor de troca (compra e venda). E, por isso mesmo, geralmente, possuem um preço. Por sua vez, os seres absolutamente valiosos não possuem preço e ninguém pode lhes estipular um valor de uso ou um valor de troca. Para os seres absolutamente valiosos não há um equivalente, ou seja, não existe no universo algo que tenha valor igual a um ser absolutamente valioso, nem mesmo outro ser absolutamente valioso. Conclui-se, então, que os seres absolutamente valiosos não têm preço e sim dignidade, e que, portanto, merecem respeito, do qual se seguem as obrigações morais.

Agora, valeria a pena perguntar-nos sobre o que são obrigações morais? Ora, o ser humano possui o privilégio de reger-se por leis assumidas livremente por sua própria razão. A isso, denominamos *"racionalidade moral"*, ou seja, a capacidade de agir seguindo a obrigações livremente escolhidas. Essa liberdade no agir também abre possibilidades para a ação má. Porém, apesar da possibilidade do mal, o ser humano pode escolher a boa ação e isso faz a sua escolha ser ainda mais louvável.

Resumindo. O ser humano por ser, em si mesmo, valioso não possui um equivalente. Sem equivalência não existe possibilidade de fixar-lhe um preço. Em conseqüência, as

peças humanas têm dignidade. E aquilo que tem dignidade não é intercambiável, senão respeitável. O ser humano, através de sua racionalidade moral, é chamado, então, a se opor a qualquer tipo de manipulação e instrumentalização da sua própria humanidade e da humanidade de seus iguais, os outros humanos. A dignidade humana é, pois, a razão para que haja obrigações morais na defesa da vida humana.

Ora, a onde estou querendo chegar com estas breves reflexões ético-filosóficas? Quero salientar que a vida humana é absolutamente valiosa e que garantir o respeito à dignidade desse ser - tal como visam os direitos humanos - é uma tarefa fundamental se quisermos ser plenamente humanos. Neste sentido, os direitos humanos se transformaram em um padrão de conduta que condensa os mais elevados valores morais de nosso tempo e um instrumento privilegiado para a legitimação da dignidade humana e para a defesa do valor absoluto da vida.

A dignidade humana é minimamente respeitada na medida em que se consegue assegurar os direitos básicos de igualdade, liberdade e solidariedade para todos e todas. No Brasil, a não garantia do direito à educação - um dos mais importantes direitos de igualdade - deixa a dignidade humana profundamente comprometida.

Nesta perspectiva, comprometer-se com a luta e a promoção do direito à educação significa muito mais do que reivindicar mais vagas nas escolas, significa muito mais do que lutar por melhores salários, significa muito mais que elaborar projetos políticos pedagógicos, currículos, livros e atividades educativas comprometidos com um ensino de qualidade. Tudo isso é válido e fundamental. No entanto, quero chamar a atenção de que comprometer-se com a luta e a promoção do direito à educação é promover o respeito à dignidade humana e reconhecer, através de propostas viáveis e próprias para o campo educacional, o valor absoluto da vida.

O campo educacional tem muito a contribuir na tarefa de dignificar o valor absoluto da vida. Reivindicar o direito a uma educação de qualidade, gratuita e para todos é promover e consolidar uma conquista na qual muito se pode fazer para mudar a nossa condição cidadã como um todo. Não é sem motivo que têm crescido entre nós práticas que se intitulam "educar para os direitos humanos", "educar para a paz", "educar para a democracia", "educar para a cidadania", "educar para a tolerância", etc. Muitos podem criticar, afirmando que estamos multiplicando termos e expressões no campo pedagógico. No entanto, acredito que tais experiências buscam fazer da educação mais do que um direito que deve ser garantido, mas um campo de compromisso e de luta para que os direitos humanos sejam, além de anunciados, mais reconhecidos e plenamente vividos.

Direitos Humanos na sala de aula

Apresentação

"Vai ter uma festa / que eu vou dançar até o sapato pedir pra parar. Aí eu paro / tiro o sapato e danço o resto da vida." (Chacal)

É assim que a equipe Novamerica se sente: disposta a tirar o sapato e dançar o resto da vida (até porque, há muito cantamos em coro que "a vida é bonita, é bonita e é bonita"). Contamos com você como nosso par constante em todos os bailes-lutas, bailes-conquistas, bailes-parcerias, baile-movimento, baile-convivência e, por que não, baile-baile, que a gente vem dançando ao longo do tempo.

Saiba o motivo desta convocação em "Notícias".

Do calendário para "A sala de aula em movimento". Atividades relativas ao Dia do Livro para Crianças e ao Dia da Educação foram escolhidas para comemorar estas datas e continuar desenvolvendo o lema "Educação de qualidade não é privilégio. É direito de tod@s".

A última página deste boletim traz, como o anterior, reflexões sobre o direito à educação. Neste caso, o foco de análise é a relação entre direito à educação e respeito à dignidade humana, na perspectiva do valor absoluto da vida - olhar de Marcelo Andrade sobre o tema.

Conforme prometido, novamente a fala de Paulo Freire, agora anunciando como não deixar morrer em nós "o gosto de ser gente".

Assim, de gente para gente, com o coração em festa, nosso abraço de comemoração, cheio de energia! Por quê? Você ainda não leu a notícia na página 2?

Datas Significativas

ABRIL

02 Dia Internacional do Livro para Crianças

04 Dia Contra a Prostituição Infantil

19 Dia do Índio

22 Dia da Terra

28 Dia da Educação
 Embora concordemos com Regina Bilac Pinto, Presidente da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - "O dia da educação são todos os dias, pois a humanidade é desafiada hoje a decidir que paradigmas éticos, morais, culturais e espirituais manter, quais descartar, sob o risco de enfrentar condições imprevisíveis de existência." - acreditamos, também, na importância de marcar significativamente esta data. Não deixem de fazê-lo.

"O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora."

Paulo Freire

A equipe

Participe

Há dois anos dedicamos dois números do DDHH na Sala de Aula à publicação de atividades desenvolvidas nas escolas: o de julho e o de novembro/dezembro.

Participe da elaboração do boletim de julho enviando o relato (conforme orientação anexa) de atividade por você desenvolvida, sobre o tema/lema de 2006, até o dia 30 de maio, impreterivelmente.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO É PRIVILÉGIO! É DIREITO DE TOD@S.



NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

Editora
Susana Sacavino

Equipe Responsável

Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Iliana Aida Paulo

Marilena Varejão Guersola

Supervisão Editorial

Adelia Maria Koff

Fotos lema do ano:

João Ripper

Composição Gráfica

Companhia Visual Manteca

Apoio

